



Regime temporal e imperialismo: o calendário selêucida frente a seus súditos e adversários

Temporal regime and imperialism: the Seleucid calendar in face of its subjects and adversaries

Santiago Colombo Reghin¹

orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7212-2539>

e-mail: santiago_tj96@hotmail.com

DOI: <https://doi.org/10.25187/codex.v9i2.42472>

Resenha de KOSMIN, Paul J. *Time and Its Adversaries in the Seleucid Empire*. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 2018. 380 pp. ISBN 9780674976931.

Palavras-chave: percepção de tempo; Império Selêucida; Período Helenístico



Paul J. Kosmin, professor do departamento de Clássicos na *Harvard University*, vem na última década publicando diversos artigos relacionados à história cultural e intelectual do leste helenístico. Seus dois livros focam no Império Selêucida, principalmente nas relações entre estruturas imperiais e sistemas de práticas e conhecimentos. Em ambos, Kosmin concebe os impérios helenísticos como se estabelecendo em um território sem raízes e legitimidade, sendo eles resultados da rápida progressão de Alexandre no final do séc. IV AEC. Desse modo, os generais de Alexandre, estabelecidos como a nova elite imperial, precisam integrar as elites locais e unificar o disperso território conquistado, refletindo porções que pertenciam ao recém derrubado Império Aquemênida. O primeiro livro, *The Land of the Elephant Kings: Space, Territory, and Ideology in the Seleucid Empire* (2014), foca no aspecto espacial da formação do Império Selêucida. Utilizando as teorias advindas da virada-espacial, o autor concebe o espaço como um objeto histórico, onde os selêucidas não herdaram o território aquemênida, mas pelas rupturas radicais do período, realiza um investimento intenso para se apropriar e integrar as diversas e esparsas comunidades da Ásia Menor à Bactria (atualmente entre o Tadjiquistão e Uzbequistão), dentro de um território e ideologia espacial própria. No seu segundo livro, e objeto dessa resenha, Kosmin continua a investigar como os selêucidas precisam unificar seu império em um território múltiplo e estrangeiro para a dinastia macedônica, mas a partir da natureza e função do tempo histórico.

¹ Mestrando em História Social na Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Aparecido Rede e coorientação do Prof. Dr. Fábio Augusto Morales. Bolsista FAPESP (Nº Processo: 2020/04735-9).

Do mesmo modo que o espaço foi concebido como construído e utilizado a favor dos projetos imperiais, assim como apropriado e utilizado como dispositivo de resistência por algumas elites locais, no primeiro livro, agora, é o tempo que é analisado por essa mesma perspectiva construtivista. O autor investiga como a duração temporal é modelada pelas comunidades locais e pela elite imperial como um dispositivo para negociações por parte de ambos, resultando em uma sincronia de interesses e/ou utilizada como forma de resistência e afirmação local. O foco no aspecto temporal parece para o leitor como algo mais abstrato e menos palatável do que o processo de territorialização do primeiro livro, contudo o autor se esforça em mostrar que essa manipulação temporal é manifesta nos sistemas cronológicos (a *era selêucida*) e pensamentos apocalípticos expressos nas mais diversas fontes (literárias, burocráticas e materiais), com efeito na experiência histórica dos sujeitos e com consequências materiais nas comunidades locais e na corte imperial. O modo como o autor concebe a relação entre mudanças e rupturas políticas, calendários e sistemas cronológicos, e a experiência de tempo apresenta um modelo de análise frutífero para diversos períodos, sendo uma leitura útil para além dos interessados no mundo helenístico, interessando para a área da teoria da história em geral ao conceber o tempo como um objeto que é apropriado, modificado e rivalizado por diferentes sujeitos e comunidades. Algo que lembra a famosa frase de Koselleck: O tempo deixa de ser o palco e vira um ator da história. A seguir, apresentarei a estrutura do livro, os principais argumentos e conceitos desenvolvidos pelo autor, finalizando com a reflexão sobre um possível diálogo com a teoria da história e um uso mais amplo das noções e caminhos traçados no livro para a historiografia.

Kosmin divide seu livro em duas grandes partes, primeiro o “Presente Imperial” e em seguida o “Passado e Futuro Indígena”, sendo cada uma dividida em três capítulos. A primeira parte narra a formação e a função de um regime temporal selêucida. O primeiro capítulo expõe como esse regime se forma e se opõe aos sistemas de datações anteriores, como os epônimos ou datações baseadas nos anos de determinados reis. Quando Seleuco se intitula rei em 307 AEC, ele cria a *era selêucida*, onde o tempo é marcado de forma progressiva, e não se reinicia a partir da morte dos reis (p. 19). Kosmin destaca o aspecto revolucionário desse sistema, que é muito mais do que um tipo de contagem, mas acompanha um novo regime temporal, possibilitando a percepção de um longo presente imperial capaz de se estender continuamente, já que não depende de uma referência presente (como um rei ou epônimo). Deste modo, a *era selêucida* e o regime temporal que se formam conjuntamente tem um caráter transcendente, no qual se relaciona com os tempos das comunidades locais dentro do império como “um tempo ‘forte’ regendo tempos ‘fracos’ (das comunidades locais); abrindo um futuro pensável; e fixando um começo absoluto” (p. 25) – esse começo absoluto é a chegada de Seleuco na Babilônia em 311 AEC, onde na cronologia imperial representa uma ruptura dos passados locais. Como exemplo, Kosmin usa a tablete babilônico de *Sarros*, contando um ciclo de eclipse lunar de 18 anos. Nele, o tempo é inicialmente contado com uma datação real, começando em Nabucodonosor II no séc. VI AEC até o período selêucida. Antes de chegar nos selêucidas o tempo era contado

conforme os anos de reinados, em seguida a *era selêucida* é utilizada, inicialmente abreviada como “SE”, e posteriormente sem nenhum referencial, apenas a progressão numérica dos anos. Durante o capítulo, o autor apresenta outros exemplos advindos de tradições gregas e judaicas para demonstrar um processo de inserção da cronologia imperial nas produções materiais e literárias das comunidades locais, considerado por Kosmin (corretamente ou não) como uma evidência de um novo regime temporal adquirido e percebido pelas comunidades locais.

O primeiro capítulo argumenta que a *era selêucida* não é análoga à imagem feita da Europa imperial no séc. XIX EC, impondo um tempo histórico e moderno no leste “atemporal”. Mas é um fenômeno conjectural vindo de um processo histórico que se utiliza das tecnologias e concepções locais, ao mesmo tempo colocando-as em contato mútuo pela integração imperial (p. 44). O segundo e terceiro capítulo apresentam as estratégias imperiais para a penetração da sua cronologia através da cultura visual e das burocracias selêucidas presentes nos cotidianos locais.

Kosmin utiliza três estudos de caso para demonstrar como o regime temporal modela não só os procedimentos administrativos, mas conjuntamente a vida social. O primeiro caso concerne o regime fiscal, como as taxas, os arquivos e os procedimentos autoritativos (p. 49). Um exemplo da imposição e padronização imperial sobre as transições locais são os *Bullae*, anéis de argila que envolvem papiros e pergaminhos dos arquivos reais degradados com o tempo, contendo o selo do império, a data (através da *era selêucida*), e um sumário do conteúdo do documento. O segundo caso com às trocas, envolvendo a cunhagem de moedas, as medidas e as ágoras (p. 65), onde Kosmin apresenta diversos instrumentos utilizados por mercadores para medir, armazenar e pesar suas mercadorias contendo os símbolos e datações reais, assim como utilizam os padrões reais de peso e volume. O último estudo é sobre a comunicação imperial, principalmente através das epigrafias como um meio explícito da promoção imperial ao longo de todo o seu território, utilizando-se igualmente da *era selêucida* (p.71). Com esse capítulo Kosmin mostrou a datação imperial como pervasiva, marcada em uma diversidade de plataformas públicas ou privadas.

No terceiro capítulo, o autor continua a identificação da penetração dos sistemas de datações reais, porém, agora, em meios menos explícitos e formalizados. O foco é no aspecto qualitativo (e não quantitativo do capítulo anterior) da *era selêucida*, ao demarcar como a separação entre a datação real a partir da dinastia, e não dependendo do ciclo de vida dos reis individuais favorece uma identidade dinástica. Esse recurso dá um senso de continuidade, amenizando as possibilidades de um recomeço social e fiscal, geralmente ocorridas quando um novo rei assumia. As evidências que expõem essas propriedades do regime temporal selêucida são as historiografias, os cultos e ambições reais. O resultado dessa operação quantitativa de propagação em diversas mídias, e qualitativa da cronologia real é uma visão de mundo (*weltanschauung*) selêucida, também referido como horizonte selêucida (p. 84): um sistema político e de pensamento (sobre o poder, dever e historicidade) focado no continuum da dinastia (p. 101). O autor conclui a primeira parte do livro demonstrando o nível de

inserção desse horizonte imperial, analisando alguns movimentos de resistência que tentam derrubar e deturpar o sistema de datação imperial criando outras cronologias, como a revolta do comandante Diódoto Trifão, dos Macabeus, e da conquista da dinastia Arsácida. Todos esses movimentos “seguem a lógica da *era selêucida* mesmo quando a desfazem” (p. 100), fazendo com que o declínio do império represente também uma multiplicação do sistema temporal que ele formulou.

A segunda parte foca nas diversas reações ao sistema temporal imperial. A divisão dos dois primeiros capítulos é baseada no conceito de Dipesh Chakrabarty desenvolvido no livro *Provincializando a Europa* (2000) entre História 1 e História 2. Ela se refere a duas narrativas possíveis do capital: A primeira, uma visão em retrospectiva guiada pelo capital onde suas pressuposições lógicas vêm se realizando até o resultado final. A segunda, como uma lembrança de um passado incomensurável, que não pode ser narrado a partir da lógica (e da teleologia) do capital. Aplicada aos selêucidas, a história I representa como algumas historiografias adotam a lógica da *era selêucida* para apresentar sua história a partir dela, evidenciando a ruptura de um passado distante e segmentando, sendo a era imperial um ponto de referência com que as literaturas locais possam narrar as suas histórias. O exemplo mais desenvolvido por Kosmin é o de Berossus, um historiador babilônico que escreve em grego a história da Babilônia desde o começo do mundo até Alexandre. Kosmin argumenta que Berossus vê a história da babilônia através do horizonte selêucida, dividindo o presente imperial dos fatos passados por ele narrado; a história da babilônia é vista como um todo fechado, sendo Berossus o único babilônico (pelo menos das fontes que nos restam) a propor uma narrativa completa do passado de sua cidade/império. Com isso, Kosmin detecta essa historiografia apenas como mais um exemplo de um fenômeno que ocorria em diversas comunidades locais derivadas do regime temporal total: As histórias indígenas totais, que unificavam todo um passado local em contraponto com um presente imperial (p. 131).

Na História II, o autor busca analisar em diversas fontes um pensamento histórico que se opõe ao império, principalmente através da escatologia apocalíptica. Logo, constam passagens de Daniel, livro apócrifo de Enoque, profecia dinástica babilônica e *Zand ī Wahman Yasn* (um livro Zoroastriano medieval em Persa Médio contendo camadas compostas no Período Helenístico). O que esses livros têm em comum, no argumento de Kosmin, é a sua oposição com a possibilidade de progressão infinita do calendário selêucida, atribuindo datas apocalípticas e uma visão histórica com significado e rumos ditados pelas respectivas divindades (em oposição com os Selêucidas sobre o controle do tempo). Desse modo, ao contrapor a visão temporal abstrata selêucida, as comunidades locais transformam a história em um tribunal, tendo a divindade local como juiz dos atos do império. Como Kosmin coloca brincando com as palavras em alemão: “*die Weltgeschichte ist das Weltgericht*” (p. 186)².

² “A história mundial é o julgamento mundial”; jogando com as palavras *Geschichte* e *Gericht*.

O autor delimita três grupos de agentes que provocaram a queda do império: Externos (Ptolomeus, Partas e Roma); Subordinados internos (sátrapas e príncipes) e as elites locais (p. 187). Neste último capítulo examina as narrativas apocalípticas colocadas em prática por essas últimas, como insurgência contra o império. As áreas analisadas são a Babilônia, Judeia e o Irã. Esses movimentos não são só ligados com a literatura profética e apocalíptica analisada no capítulo anterior, mas com diversos movimentos antiquários e memorialistas, revivendo formas de governos e reconstruindo monumentos de arquiteturas passadas. Kosmin enxerga aqui uma reação ao que era proposto pela *história total* (do capítulo História I), fechando e totalizando os passados locais para a ruptura de um presente selêucida. Essa própria totalização facilitou com que elementos gerais fossem reconhecidos e adotados para simbolizar um passado, não mais distantes, mas emergente nos movimentos anti-imperialistas. Tais movimentos não são dispersos e fortuitos, mas uma convergência de respostas perante um império enfraquecido, utilizando um horizonte criado pelo império para afastar o passado do presente. Neles, as elites locais se apropriam do conhecimento do seu passado para formar um desejo de futuro- utilizando os termos de Ankersmit- não se redimindo dá história (como nas literaturas apocalípticas), mas pela História (p. 233).

Nesse momento do livro, já é notável a falta das cidades gregas da Ásia Menor. Kosmin ressalta sua excepcionalidade como justificativa de não as incluir na narrativa. Fazendo uma breve menção (pp. 228-32), é destacado que essas poleis apresentam diversas revoltas e oposições de diferentes níveis contra o império, mas que, pela sua proximidade cultural e de interesses com o império, somada a sua posição periférica em relação aos centros administrativos, fazem com que a ruptura provocada pelo regime temporal selêucida não seja tão brusca quanto os da parte oriental. Sendo assim não gerando *histórias totais* e nem literaturas apocalípticas. É presente a sensação no leitor que tal explicação não basta.

No final da leitura, somos deixados com uma sensação ambígua. Por um lado, impressionados com a erudição do autor e com suas interpretações advindas de numerosas evidências de natureza diversas (textos literários e administrativos, objetos diversos da cultura material e planta de templos e palácios); por outro, ficamos com a impressão de que a narrativa dada pelo autor tem um toque arbitrário arbitrária, justamente pela ampla margem interpretativa que a coleção de evidências sugere. O próprio autor exhibe essa última sensação como uma característica hermenêutica do seu livro, onde a sua interpretação é apenas uma possibilidade (p. 16). Um fator que corrobora com isso é a falta de definição de Kosmin dos seus pressupostos teóricos e metodologia de análise, tendo pouco diálogo com outros autores da teoria e filosofia da história, assim como com os modelos propostos por essas áreas, contendo apenas brevíssimas citações e analogias com conceitos de Ernest Bloch, Reinhard Koselleck, Karl Löwith, Robin Collingwood, Agamben, Marshall Shalins, Frank Ankersmit. Talvez seja essa sua intenção, pois tal estilo tem a vantagem de dar uma fluidez maior ao livro. Todavia, dificulta uma compreensão de como o autor chega em certas conclusões, apresentando um salto hermenêutico com

relação às diversas fontes analisadas de tempos e espaços muito dispersos, aparentando ser coletadas e ordenadas de um modo a corroborar com a visão do autor. Formalizar e explicitar os meios utilizados para guiar tais interpretações facilitaria o processo dos historiadores do Império Selêucida de checar de modo mais detalhado e atualizado a interpretação mais global dada por Kosmin, assim como apresentar contra exemplos que coloquem a prova a interpretação proposta; ou indo além, como uma inspiração metodológica para pesquisar outros sistemas de datações e suas difusões e recepções em outros espaços e tempos. Importante ressaltar que essas observações não desqualificam a erudição do autor sobre o domínio das fontes advindas do amplo território selêucida, assim como a visão global sobre o império que seu trabalho consegue apresentar com sucesso.

Referências bibliográficas

- KOSMIN, Paul J. **The land of the elephant kings: space, territory, and ideology in the Seleucid Empire.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2014.
- KOSMIN, Paul J. **Time and its Adversaries in the Seleucid Empire.** Cambridge: Harvard University Press, 2018.

